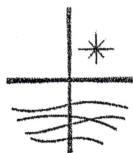


ÍNDICE

Região Episcopal Brasilândia -Território.....	02
Apresentação do olhar e das propostas da Região.....	03
Resumo da história da Região Episcopal Brasilândia.....	04
Direitos Sociais	
Saúde	05
Habitação/Moradia.....	05
Educação.....	06
Cultura.....	07
Direitos Humanos.....	08
Assistência Social.....	09
Juventude.....	09
Meio Ambiente.....	10
Segurança Pública.....	11
Transporte.....	12
Comunicação Popular Alternativa.....	12
Participação Popular.....	13
Anexo1: Compromisso Público de candidato a Prefeito.....	15
Anexo 2: Compromisso Público de candidato a Vereador.....	17
Anexo 3: Juventude e Violência.....	18
Anexo 4: Principais regra do encontro com os candidatos (as).....	21

TERRITÓRIO

REGIÃO EPISCOPAL BRASILÂNDIA



Região Episcopal Brasilândia como Igreja, abrange as sub-prefeituras de 1 à 4 indicadas no mapa acima:

01 Perus/Anhanguera.....	131.713 habitantes
02 Pirituba/Jaraguá.....	413.120 habitantes
03 Freguesia / Brasilândia.....	402.437 habitantes
04 Casa Verde / Cachoeirinha.....	311.652 habitantes ¹

Totalizando:
1.258.922
habitantes

¹ População Total e Taxa Anual de Crescimento Populacional, segundo Subprefeituras e Distritos - Município de São Paulo - 1991-2004

APRESENTAÇÃO

As pastorais sociais, as Ceb's e a comissão de formação dos leigos da Região Episcopal Brasilândia prepararam este documento contendo as principais demandas que afligem a vida da população. Este documento é fruto de muitos debates, reuniões, conferências regionais, assembléias e reflexões de grupos. Ele também contém propostas construídas pelos movimentos sociais da região em mutirão.

A proposta de realizar este evento com os candidatos e candidatas à prefeitura de São Paulo, nasceu da necessidade de alertar os dirigentes sobre os principais problemas do povo que provocam muitos sofrimentos e lamentos. São clamores, são gritos de socorro que vem das vielas e das favelas. São pessoas esquecidas pelo poder público e seus direitos estão sendo negados. São gritos que denunciam a omissão do poder público. São demandas que precisam ser resolvidas pela prefeitura com urgência.

O objetivo deste documento é tornar pública a preocupação e a pauta de reivindicações dos movimentos sociais, das lideranças das comunidades, que há anos lutam por melhor qualidade de vida.

Diante deste contexto desejamos que os candidatos e candidatas à prefeitura de São Paulo, 2008, apresentem em suas plataformas de campanha propostas de políticas públicas viáveis para acabar com estas demandas. Quem for eleito, queremos que mantenha um canal de comunicação com as lideranças da Igreja na Brasilândia, dos movimentos sociais e com a comunidade para construirmos juntos propostas de erradicação destes problemas.

Reiteramos, este documento foi elaborado em mutirão. Ele não pretende ser um documento completo, mas um trabalho em construção que poderá ser atualizado quando necessário.

São Paulo, agosto de 2008.

Atenciosamente:

Dom José Benedito Simão
Bispo da Região Episcopal Brasilândia

Cilto José Rosembach
Assessor das Pastorais Sociais

José Renato Ferreira
Comunidades Eclesiais de Base

José Roberto dos Santos
Formação de Leigos

RESUMO DA HISTÓRIA DA REGIÃO EPISCOPAL BRASILÂNDIA

A Região Episcopal Brasilândia é fruto da reorganização da Arquidiocese de São Paulo e da Região Episcopal Lapa. A partir da reestruturação da Arquidiocese de São Paulo, nasceu em 1989 a Região Episcopal Brasilândia. A população que habita esta Região tem um rosto marcado pelo sofrimento, medo, abandono, mas também é capaz de estampar um sorriso acolhedor e esperançoso. O carisma pessoal de dom Angélico Sândalo Bernardino e sua experiência pastoral foram determinantes para a organização da Região.

Em 18 de junho de 1989 na creche Menino Jesus, Freguesia do Ó, em uma assembléia animada e com disputas foi escolhido o nome de Região Episcopal Brasilândia. A palavra de convocação foi “mutirão” e não podia ser outra, já que estávamos começando uma nova forma de ser igreja.

A Igreja da Região Episcopal Brasilândia sempre esteve voltada para as necessidades do povo. Durante estes 19 anos de história manteve sua voz profética ao denunciar as situações de abandono do poder público.

É uma das entidades que mais mantem projetos sociais como a creche, Nossa Senhora da Expectação (NSE), dentre outros. Sempre teve a preocupação de fortalecer e potencializar as lutas dos movimentos sociais que visam melhorar a qualidade de vida da população.

Neste documento apresentamos demandas que precisam ser superadas num curto prazo de tempo.

São as demandas sobre: educação, saúde, meio-ambiente, cultura, comunicação, direitos humanos, transporte, moradia, assistência social, juventude e segurança pública, participação popular.

Esperamos que os candidatos às eleições de 2008 possam nos seus programas de governo dar especial atenção às demandas da população e traçar seu programa de governo levando em conta esta análise.

Agradecemos de antemão sua atenção e disponibilidade para debater conosco os principais problemas da região e suas urgentes soluções.

DIREITOS SOCIAIS

SAÚDE

A situação do atendimento a saúde é um dos grandes clamores da população. A falta de uma política de saúde que priorize a promoção da pessoa tem causado muitos sofrimentos e seqüelas nos últimos anos. A terceirização dos serviços de saúde e de equipamentos públicos tem provocado muitos problemas no sentido de não garantir atendimento de qualidade. As AMAs, não têm respondido satisfatoriamente as demandas. No geral as filas nos prontos socorros e ambulatórios de especialidades não diminuíram.

A população tem o direito de ser tratada com dignidade e o poder público tem a obrigação de garantir uma política de saúde eficiente que atenda as pessoas na integralidade.

Diante desta situação apresentamos **algumas propostas**:

- Aumentar o número de UBS nas Subprefeituras de Freguesia do Ó/Brasilândia e Perus/Anhanguera;
- Construção de dois hospitais públicos de médio porte. Um no distrito de Brasilândia e outro em Perus/Anhanguera.
- Reformas e ampliações das instalações dos Pronto-Socorros 21 junho, e o PS de Perus e ampliação do quadro de profissionais;
- Implantações de novos ambulatórios de especialidades, um em cada uma das 4 subprefeituras para agilizar os exames e diminuir o tempo de espera;
- Ampliar o número das equipes do PSF (Programa Saúde da Família), com prioridade s áreas mais carentes;
- Aumentar os centros de referencias dos idosos na periferia da região.

Obs: Implantar programas de ações integradas entre as secretarias: da habitação, do meio ambiente, da saúde e da educação e garantir a promoção humana e de prevenção, *principalmente para atender os adolescentes.*

HABITAÇÃO / MORADIA

A ausência de uma política habitacionais para as famílias de baixa renda ou desempregadas tem causado muitos problemas nos últimos 10 anos. A morosidade quanto à

regularização dos loteamentos e falta de vontade política tem agravado ainda mais este cenário.

As medidas adotadas pela atual administração municipal, intitulada “operação das águas” que tem feito à remoção de famílias que habitavam áreas de risco ou de mananciais, como é o caso do Jardim Damasceno, Taipas, Perus e Anhanguera só mudaram o problema social de endereço.

Muitas destas áreas sem documentação foram loteadas por imobiliárias, associações e até mesmo pelos supostos proprietários e vendidas. Outros loteamentos se constituíram em áreas públicas abandonadas. Outros ainda estão em áreas de preservação ambiental e áreas de risco. Nestes casos a prefeitura ficou omissa. Porque não fiscalizou e não tomou providencias.

Propostas:

- A prefeitura deve agilizar a regularização dos loteamentos e fazer a infra-estrutura necessária;
- Que seja enviada proposta de revisão do Plano Diretor a Câmara Municipal, contendo modificações que atendam as necessidades de cada região, principalmente no que tange à regularização de terrenos e comércio e a implantação de novos empreendimentos de moradia;
- Que a prefeitura seja parceira no processo de regularização da área da SABESP na Chácara Maria Trindade para fins de assentamento das famílias da Comuna da Terra Irmã Alberta;

EDUCAÇÃO

A situação da educação fundamental, esta comprometendo o futuro da juventude. A precariedade quanto às instalações físicas, à superlotação das salas, a falta de tecnologias, a ausências de projetos culturais, a distancia da comunidade escolar e os moradores do entorno, são os principais problemas que prejudicam o bom desempenho dos estudantes.

Por isso é necessário:

- Ampliar o número de creches diretas para atender a demanda em cada uma das quatro subprefeituras;
- Ampliar o atendimento às crianças e adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas;

- Aumentar o valor repassado para as creches conveniadas. Hoje as entidades além de entrar com espaço físico, precisam garantir com eventos e doações mais de 40% das despesas mensais;
- Valorizar o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos nas áreas mais carentes e valorizar melhor os educadores e as entidades conveniadas;
- Garantir assistência psicológica social nas escolas, a cada 500 alunos e a implantação da educação especial e a contratação de profissionais para essa área.
- A reativação da escola de ensino fundamental na chácara Maria Trindade, Anhanguera;
- Retomar o papel efetivo dos Conselhos de Escola e Conselhos Gestores dos CEUs como meios de participação da comunidade;
- Implantação de programas na rede pública Municipal que garantam a realização de atividades sobre direitos das crianças e adolescentes, ECA e outros temas;
- Que a prefeitura estabeleça parcerias com o governo estadual e federal no que tange as escolas técnicas e cursos pré-universitários.
- Garantir a continuidade da Alfabetização de Jovens e Adultos, utilizando os CÉUS à noite.
- Garantir qualificação e emprego dos jovens na própria região.

CULTURA

Os espaços de cultura e lazer são importantes para o desenvolvimento, a integração, o relacionamento, a aprendizagem, a abertura de novos horizontes. Amplia a visão e respeito sobre o multiculturalismo porque valoriza as raízes culturais e históricas das comunidades.

Para isso é necessário:

- A criação de oficinas culturais nos bairros com expressões artísticas como: teatro, música, poesia, literatura, autores, danças, artes plásticas, artesanato, arte com lixo reciclado, vídeo e fotografia, grafite, hip hop, skate e dança de rua;
- Implantação de bibliotecas populares e culturais, com campanhas de incentivo à leitura;
- Garantir para os jovens das periferias um sistema de transporte gratuito aos locais de eventos culturais e esportivos;

-Realizar mutirões populares para manutenção e restauração de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, criando consciência para valorização e conservação de referidos bens públicos;

-Promover torneios, campeonatos intercolegiais e festivais comunitários para incentivar a prática do esporte, a integração da comunidade e o lazer das famílias;

-Promover encontros, congressos e seminários, conferências sobre o tema cultura nos espaços públicos dos bairros;

-Constar à dimensão cultural no currículo escolar em matérias como História e Educação Artística;

-Construção de um centro de cultura e lazer na antiga fábrica de cimento de Perus e a reativação da estrada de ferro Perus-Pirapora;

-Criação de um Fórum permanente de política cultural.

DIREITOS HUMANOS

É de fundamental importância que a sociedade tenha consciência a respeito de seus direitos, principalmente aqueles que garantem dignidade à pessoa humana, igualdade de oportunidade e liberdade, por isso, é preciso que um governo democrático e popular lute por justiça e respeito aos Direitos Humanos.

As Relações de Gênero incluem o relacionamento do homem, mulher, ambos como construtores de uma nova ordem social. Geralmente é durante a juventude que essas relações mais se alicerçam. **Por isso, é necessário:**

- a) Criar um programa educativo-cultural para divulgação dos direitos e deveres dos cidadãos, com atenção especial às relações de gênero, por meio das escolas, comunidades, Centros de Direitos Humanos, etc.
- b) Organizar encontros, plenárias, seminários, conferência de debate sobre os direitos;
- c) Construção de casas-abrigo de proteção às vítimas das diversas formas de violência; encaminhar as demandas;
- d) Encontros e plenárias com a sociedade civil sobre a questão dos jovens presidiários.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

As conquistas do movimento social na área da assistência social com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando à universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública, cujo modelo proposto de gestão é descentralizado e participativo, ainda não se tornou uma realidade na Região Episcopal Brasília. A política pública de assistência social desenvolvida no município nos últimos anos não foi capaz de ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de atendimento aos usuários e nem de estabelecer uma melhor articulação com as comunidades e entidades sociais para a ampliação da rede prestadora de serviços sócios assistenciais. **Por isso é necessário:**

- a) A efetiva implantação dos SUAS na região;
- b) A ampliação da rede prestadora de serviços sócios assistenciais;
- c) A melhoria das relações e condições de parceria entre a Prefeitura e as entidades sociais vinculadas às comunidades;
- d) A ampliação dos espaços de debate e participação na gestão dos recursos destinados à assistência social, evitando as políticas clientelistas que criam dependência;
- e) Ampliação dos recursos para as áreas de maior vulnerabilidade social.

JUVENTUDE

A realidade da juventude na Região Episcopal preocupa e perpassa todas as dimensões políticas, mesmo assim faz questão de pontuar algumas necessidades. Garantir maior oportunidade de trabalho/emprego às adolescentes que se encontram no processo de pós-concepção com preferência de contratação. As doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, a AIDS, podem ser reduzidas, havendo uma política de atenção e assistência a seus portadores. **Por isso, é preciso:**

- a. Maior assistência aos portadores de DST;
- b. Ampliar medidas de informação e prevenção sobre DST/HIV utilizando comunicação alternativa, ampliando casas de apoio a pessoas com DST/HIV;
- c. Para se erradicar a dependência química, é preciso compreender a utilização de drogas lícitas e ilícitas de forma integral. Por isso, as políticas públicas não podem se limitar a compreender esta dependência como problema de saúde

mental. Há todo um contexto que deve ser combatido, como o tráfico de drogas, a situação de miséria e pobreza extrema, a falta de utopia na juventude, as inconstâncias do sistema financeiro, a carência na saúde, educação, moradia, saneamento básico, esporte, lazer, cultura e outros direitos que constroem a base para a dignidade da pessoa humana. Porém, algumas ações se fazem urgentes, como:

- i. Criar políticas efetivas de prevenção às drogas, ampliando as ações de prevenção às drogas através de parcerias com escolas, MCS etc.
 - ii. Cobrar das sub-prefeituras o apoio para a organização de eventos e trabalhos de prevenção às drogas nas escolas, como os Centros de Referência para a Juventude;
 - iii. Inserir matérias referentes à prevenção de drogas nas disciplinas escolares;
 - iv. Desenvolver projetos integrados de tratamento para usuários de drogas (NA, AA, ANON, CADE...), com parcerias e convênios a estas entidades, com a rede pública acompanhando o pós-tratamento;
 - v. Criação de centros culturais, praças recreativas e centros esportivos para entretenimento como alternativa ao tráfico e uso das drogas;
 - vi. Polícia comunitária capacitada e equipada para agir sem violência e sem preconceitos com jovens usuários;
 - vii. Necessita-se de médicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pois a saúde é um direito de todos.
- d. Incentivos fiscais para incentivar empresários, para contratação de jovens em seu primeiro emprego.

MEIO AMBIENTE

Os problemas ocasionados pela falta de políticas eficientes do poder público na questão ambiental colocam em risco o futuro da humanidade. Esta ausência de políticas públicas se verifica de forma concreta na cidade de São Paulo. Exemplo: Os córregos viraram esgotos a céu aberto, os rios estão poluídos e assoreados, as poucas áreas verdes estão desaparecendo, o entorno da Serra Cantareira esta sendo degradado, o lixo é jogado em lugares inadequados, (mais de 400 toneladas são desperdiçadas por semana), os entulhos e outros detritos são alocados e áreas de preservação ambiental e de mananciais, há licenças ambientais para construção de empreendimentos de luxo...

Diante desta situação desejamos que a prefeitura assuma o compromisso de implementar políticas ambientais de sustentabilidade. Para isso se faz necessário criar e desenvolver projetos de educação ambiental como:

- a) Criar Unidades de coletas seletivas para reciclagem e cooperativas nas subprefeituras e potencializar as que já existem;
- b) Oficinas de educação ambiental com jovens e adolescentes e utilizar material reciclável;
- c) Programa de compostagem com material orgânico, em parceria com supermercados, sacolões, feiras livres;
- d) Ampliar às áreas de lazer ecológico em áreas mais carentes;
- e) Viabilização e implantação do parque ecológico da Brasilândia;
- f) Incentivos fiscais para limpeza periódica de terrenos baldios;
- g) Criar centros de educação ambiental em cada subprefeitura;
- h) Recuperar as áreas das pedreiras desativadas e abandonadas com projetos de cidadania;
- i) Ampliar os programas de plantio de árvores ao longo das vias públicas, praças, córregos e rios;
- j) Parcerias com o Governo do Estado para recuperação e manutenção dos parques estaduais (Anhanguera e Jaraguá);

SEGURANÇA PÚBLICA

Quando o direito habitar a tua casa,
Quando a justiça se sentar à tua mesa,
A segurança há de brincar em tuas praças;
Enfim, a paz demonstrará sua beleza.

A segurança é vida plena para todos:
Trabalho digno, moradia, educação;
É ter saúde e os direitos respeitados;
É construir fraternidade, é ser irmão.

Trecho do hino da Cf2009

Solicita-se Prefeitura a presença efetiva da Guarda Civil Metropolitana e à Secretaria de Segurança Pública de um policiamento preventivo e comunitário na região, principalmente nas proximidades das escolas.

Garantir iluminação nas vias públicas.

TRANSPORTE

Direito do Cidadão, dever do Estado.

O problema do transporte público é um grande problema para as comunidades da Região. A situação é mais complicada para quem mora em áreas mais afastadas. Algumas linhas de ônibus e lotações como do Eliza Maria, Jardim Vista Alegre, Guarani, Damasceno, Paulistano, Perus, Sol Nascente, Morro Doce, Jaraguá, Jardim Donária e outros chegam demorar mais duas horas para chegar ao terminal de metrô nos horários de pico. Muitos sem condições de transportar passageiros. Estão velhos e falta manutenção. Isso tem obrigado muita gente a utilizar o carro particular para ir ao trabalho, aumentando assim o problema do trânsito.

É necessário:

- Construção de um terminal de ônibus no distrito da Brasilândia;
- Criar novos corredores de ônibus bairro ao centro;
- Criar novas linhas de ônibus entre bairros;
- Ampliação dos números de ônibus aos terminais;
- Retornar o projeto original do bilhete único para quatro horas;
- Criar passe livre para desempregados;
- Portadores de várias patologias que tenham passe livre para realizar seus tratamentos;
- Melhorar a frota de ônibus para maior segurança e qualidade do transporte;
- Qualificar os profissionais dos transportes públicos quanto à relação interpessoal;
- Ampliar o metro para Cachoeirinha, Freguesia do Ó, Lapa, para isso fazer parceria com o Governo do Estado.

COMUNICAÇÃO POPULAR ALTERNATIVA

A comunicação popular alternativa, comunitária utiliza meios simples, acessíveis e de interesse comunitário. Exemplo: as rádios comunitárias, as rádios pela internet, as rádios nas escolas, os jornais alternativos, os sites, quadros murais, revistas, teatro e outros. São meios que atingem diretamente o povo que mora nas vilas e bairros. Por estar próximo do povo e feito pelo povo realiza campanhas humanitárias, mobiliza a comunidade para a vacinação, fazem o trabalho de prevenção sobre a saúde, alerta sobre as enfermidades, epidemias, serviços públicos, direitos e deveres.

Estes meios hoje são mantidos pelas entidades e grupos de pessoas que acreditam que a comunicação precisa ser democratizada. Quase todos os projetos alternativos passam por dificuldades financeiras. Muitos acabam por falta de apoio e investimentos. Na região Episcopal Brasilândia três rádios comunitárias devem receber a autorização de funcionamento até final do ano. Uma no distrito de Brasilândia, a Rádio Cantareira, outra em Perus e uma na Vila Bonilha.

Para que estes meios alternativos, livres e independentes possam desempenhar o seu papel com qualidade **propomos:**

- a) Que a prefeitura invista uma porcentagem das verbas destinadas a publicidades para estes meios, principalmente as rádios comunitárias;
- b) Que as campanhas de prestação de serviço pelos meios populares alternativos comunitários, seja: jornais, rádios comunitárias, cinema na comunidade sejam subsidiados pela prefeitura, etc.
- c) Que as Rádios nas escolas e CEUs sejam revitalizadas e sejam parceiras das rádios comunitárias;
- d) Que a prefeitura estabeleça parcerias com universidades para desenvolver cursos de qualificação sobre comunicação para professores, estudantes, agentes comunitários de saúde, lideranças da comunidade;
- e) Que se tenha uma linha via on line para falar com o prefeito(a) sobre a realidade da comunidade.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A democracia participativa e a afirmação da necessidade de fortalecer os mecanismos da democracia participativa apareçam com toda a força no sentido de avançar na questão do controle social sobre as ações do estado, município, no controle social sobre as políticas públicas, como um requisito fundamental para caminharmos no sentido de construir um modelo de desenvolvimento.

Sabe-se que não é possível discutir participação ou democracia, desconectado de uma nova concepção de desenvolvimento que terá a questão da inclusão social e da sustentabilidade.

Evidencia-se a necessidade:

- De continuar sistematizando, apoiando, refletindo criticamente sobre essas experiências de orçamento participativo;

- A democracia participativa deve ser trabalhada também dentro das organizações, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, como condição essencial para sua própria consolidação;

- Valorizar outros mecanismos da democracia direta, no caso do Plebiscito do Referendo, de projetos de leis e o uso desses mecanismos que é defendido principalmente como uma maneira de politizar a sociedade;

- Garantir a participação e diálogo entre governo municipal e sociedade de forma bastante intensa e orgânica. Como Fórum de Participação Popular; Conferências; Conselhos populares, gestores populares; nos parques. UBS, Hospitais, CEUS;

- Abrir uma linha direta para que a prefeitura seja informada sobre as principais demandas dos bairros-comunidades.

ANEXO 1:**Compromisso Público de Candidato a Prefeito**

Eu, _____, brasileiro, residente
a _____, portador do RG nº _____,
candidato à prefeitura no município de São Paulo, pelo partido _____,
prometo publicamente a cumprir rigorosamente os compromissos a seguir:

1. Adotar transparência total na administração, fornecendo prontamente todas as informações requeridas pelos cidadãos, organizações não governamentais, e Ministério Público.
2. Coibir o uso de quaisquer recursos públicos em benefício próprio ou de terceiros a título de favorecimento.
3. Fornecer mensalmente a lista de todos os pagamentos feitos, individualmente, pelos órgãos da prefeitura, incluindo verbas de Saúde, FUNDEF, mesmo que a origem da verba tenha vinculações com a administração estadual ou federal, com valores, nome dos beneficiários, CNPJ ou CPF, e a título de que foi feito o pagamento.
4. Levar ao Ministério Público e às autoridades constituídas a apuração de qualquer suspeita de desvio de recursos que recais sobre membros da administração pública ou dos órgãos sob o meu comando direto ou indireto.
5. Colocar à disposição da população, até dois anos após assumir o mandato, em site próprio para acesso via Internet todas as informações requeridas pelos órgãos fiscalizadores da administração pública, e a listagem prevista no item 3.
6. Promover uma reestruturação administrativa na Prefeitura para dar melhor eficiência aos serviços e reduzir os custos da máquina administrativa evitando-se contratações desnecessárias de pessoal.
7. Não favorecer parentes, amigos e apaniguados em aquisições e licitações de qualquer órgão da prefeitura.
8. Não contratar parentes até terceiro grau em cargos de confiança.
9. Adotar orçamento democrático, promovendo audiências para priorização na alocação dos recursos da prefeitura.
10. Apoiar a alteração da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal para adoção do voto aberto pela Câmara Municipal em todas as matérias.

11. Utilizar os serviços de entidades qualificadas e independentes na eventualidade de realização de concursos públicos para contratação de funcionários.
12. Não utilizar órgãos, funcionários, e equipamentos da administração pública em proveito próprio, ou de terceiros.
13. Permitir a qualquer momento a realização de auditorias solicitadas pelo Ministério Público, Câmara de Vereadores, e entidades representativas da sociedade para verificação de contas e documentos.
14. Declaro conhecer o conteúdo da publicação o combate à corrupção nas prefeituras no Brasil e me comprometo a tomar medidas administrativas para prevenir no futuro a ocorrência dos tipos de fraude mencionados na mesma².

Data: _____

Candidato

Testemunhas:

² O Combate à Corrupção – Nas Prefeituras do Brasil – 3ª Edição – Ateliê Editorial

ANEXO 2:**Compromisso Público de Candidato a Vereador**

Eu, _____, brasileiro, residente
a _____, portador do RG nº _____,
candidato à prefeitura no município de São Paulo, pelo partido _____,
prometo publicamente a cumprir rigorosamente os compromissos a seguir:

1. Participar ativa e assiduamente das sessões de Câmara.
2. Fiscalizar os atos do executivo.
3. Exigir transparência na administração da Prefeitura e da Câmara Municipal.
4. Trazer o Ministério Público e as autoridades constituídas para apuração de qualquer suspeita de desvio de recursos que recaia sobre membros da administração pública.
5. Analisar as contas do executivo somente aprovando as mesmas se estiverem aprovadas pelo Tribunal de Contas, e se as mesmas obedeceram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e as regras de transparência e probidade, e não pesarem sobre as mesmas suspeitas de irregularidades.
6. Não legislar em causa própria, promovendo a concessão de benefícios e compensações fora da capacidade do município.
7. Não contratar parentes até terceiro grau em cargos de confiança.
8. Adaptar a lei orgânica do município para permitir a adoção de orçamento democrático, promovendo audiências para priorização na alocação dos recursos municipais.
9. Apoiar a alteração da Lei Organiza do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal para adoção do voto aberto pela Câmara Municipal em todas as matérias.
10. Analisar e aprovar o orçamento anual da Prefeitura depois de estabelecidas as prioridades.
11. Não utilizar órgãos, funcionários, e equipamentos da administração pública em proveito próprio, ou de terceiros.
12. Declaro conhecer o conteúdo da publicação o combate à corrupção nas prefeituras no Brasil e me comprometo a tomar medidas administrativas para prevenir no futuro a ocorrência dos tipos de fraude mencionados na mesma³.

Data: _____

Candidato

Testemunhas:

³ O Combate à Corrupção – Nas Prefeituras do Brasil – 3ª Edição – Ateliê Editorial

ANEXO 3:

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

A partir da pesquisa o adolescente que teve por tema a criminalidade juvenil na cidade de São Paulo. Pretendeu-se responder a algumas indagações que hoje ocupam a preocupação cotidiana do cidadão comum, entre as quais: vem crescendo, nos últimos anos, a participação dos adolescentes no movimento da criminalidade urbana, em especial de suas modalidades violentas? Quem é esse jovem que se envolve com a delinquência? Qual o seu perfil social? Há alguma correspondência entre esse perfil social e as características que o sendo comum atribui a esses jovens? Por fim, como o poder público, no exercício de suas funções constitucionais, tem logrado conter a criminalidade juvenil? É verdade, como muitas vezes se suspeita, que as autoridades públicas - policiais, promotores públicos, magistrados, dirigentes de instituições de custódia e atendimento às crianças e adolescentes - vem se mostrando pouco rigorosas na vigilância da ordem pública e, por conseguinte, na distribuição e aplicação de sanções?

Um dos objetivos consistiu em examinar as medidas judiciais aplicadas aos processos observados. Como se têm comportado as autoridades encarregadas de aplicar sanções? Indulgentes ou rigorosas? É verdade que a impunidade tem sido regras nas decisões judiciais, como suspeita parcela expressiva da opinião pública? As sanções privilegiam algum segmento dos jovens infratores em detrimento de outros? Se confirmado esse tratamento privilegiado, o que o explica? É justamente o cumprimento desse objetivo que constitui, por assim dizer, a “essência” desta investigação, pois que ele permitirá conhecer, sob um determinado ângulo, o modo como o Estado operacionaliza suas diretrizes de controle repressivo da ordem social e ao mesmo tempo buscar oferecer proteção, assistência e amparo à infância e à adolescência, em especial àqueles envolvidos com a criminalidade violenta.

Os principais resultados da pesquisa revelaram que criminalidade juvenil violenta é menor do que criminalidade juvenil não-violenta. 65,86% infratores caracterizam-se como não violentas ao passo que 34,14% se qualificam como infrações violentas. As ações violentas praticadas por jovens revelaram tendência - pequena, é certo - ao declínio face às ações não violentas. Em 1988, ações violentas representavam 37,85%. Em 1991, representaram 33,50%.

As infrações violentas compreendem: roubo (15,58%), porte de arma (6,90%), agressão (6,82%), tentativa de roubo (2,29%), homicídio/tentativa (1,28%), tráfico de drogas

(0,71%), estupro/tentativa (0,59%), latrocínio (0,30%), seqüestro (0,08%). O roubo é a infração de maior peso na composição da criminalidade violenta juvenil. As ações não-violentas compreendem: furto (23,04%), dirigir sem carteira de habilitação (9,38%), tentativa de furto (6,86%), uso de drogas (4,33%), atos sexuais (1,4%), estelionato/tentativa (1,38%), participação em quadrilha (0,19%) e diversos (17,83%). Nesse perfil de infrações cometidas por jovens, destaca-se o crescimento de direção não habilitada, que no período foi da ordem de 123,96%.

No que concerne ao envolvimento de jovens no mundo do crime organizado, a pesquisa observou que a maior concentração de casos ocorre entre jovens infratores que agem em conjunto (com um ou mais adolescentes, com um ou mais adultos, com um ou mais adolescentes e um ou mais adultos). Representa 56,90% das infrações cometidas por jovens. Mas, é igualmente significativo o percentual de jovens (43,01%) que agem sozinhos, percentual esse muito influenciado pela natureza de algumas infrações cujo crescimento vem se acentuando nos últimos anos, como direção não habilitada e agressões.

Constatou-se como perfil-padrão de delinqüente juvenil, o jovem branco, do sexo masculino, 15-18 anos incompletos, natural do Estado de São Paulo, com primeiro grau e não ocupado em alguma atividade.

Finalmente, quanto à intervenção da justiça da infância e da adolescência, pode-se dizer, em linhas gerais, que as orientações normativas vigentes estão sendo, grosso modo, seguidas. Infrações não violentas, dotadas de menor gravidade, tendem a merecer medidas sócio-educativas leves (como advertência, entrega aos pais e lar substituto), isto é medidas que não implica sérias limitações no exercício de direitos ou que impliquem no cumprimento temporário de obrigações rigorosas. Assim, entre as infrações não-violentas, 59%,00% mereceu medida leves, 6,30% medidas médias e 3,88% medidas severas.

No entanto, assim mesmo, observaram-se distorções: quando o foco se dirige para as infrações violentas, verificou-se maior incidência de medidas leves (50,83%), seguindo, pela ordem decrescente, as medidas médias (15,25%) e as severas. Mais surpreendente foi verificar a inexistência de diferença estatística na aplicação de medidas severas entre infrações violentas e não-violentas. Vale dizer, a probabilidade de uma infração não-violenta vir a merecer uma medida severa é quase idêntica à de uma infração violenta.

Os resultados da pesquisa permitem, por conseguinte, questionar algumas imagens e argumentos que se difundem pelo senso comum e não raro são veiculados pela mídia impressa e eletrônica. A presença de jovens no mundo do crime violento é um fato constatado pela pesquisa. Porém, essa participação deve ser examinada com cautela, sobretudo porque é

significativamente menor o número de jovens autores de infração penal violenta face ao número de jovens vítimas de assassinatos, como o demonstra recente estudo.

Terminando perguntamos como a Prefeitura e a Câmara Municipal podem intervir em favor da população juvenil em risco da cidade de São Paulo.

ANEXO 4:**Principais regras do encontro com os candidatos (as):**

Objetivo do encontro dos candidatos (as) com a região Brasilândia:

Estabelecer compromissos frente às demandas que a região apresenta.

- Não serão admitidas ofensas entre os candidatos, nem do povo em relação aos candidatos e dos candidatos (as) com o povo;

- Haverá um cronometrista que seguirá o regulamento a risca em caso da não observância do tempo estipulado pelo regulamento, o som do microfone será cortado;

- Não haverá direito de resposta, réplica ou tréplica;

- 14h, apresentação de D. José Benedito Simão, bispo regional;

- Composição da mesa:

* Moderador – Cilto José Rosembach;

- Os candidatos (as) serão chamados por ordem de sorteio feito na hora para compor a mesa;

- Cada candidato (a) terá dois minutos para se apresentar e dizer por que é candidato (a) a prefeitura de São Paulo;

- 14h30, apresentação em power point dos principais eixos das demandas da região;

- 15h, cada candidato (a) terá cinco minutos para se manifestar sobre as demandas apresentadas pela região;

- Lideranças da região farão por escrito pergunta nominal a um dos candidatos (as), a partir das demandas. As perguntas serão encaminhadas para a mesa coordenada pelo Aguinaldo e Anderson, e a mesa distribuirá a pergunta aos candidatos (as);

- Cada candidato (a) terá dois minutos para responder à pergunta encaminhada a mesa;

- No final cada candidato (a) terá um minuto para fazer as considerações finais;

- O moderador terá dois minutos para agradecimentos.

Atenciosamente,

São Paulo, 12 de agosto de 2008.

Dom José Benedito Simão

Bispo da Região Episcopal Brasilândia

Cilto José Rosembach

Assessor das Pastorais Sociais

José Renato Ferreira

Comunidade Eclesiais de Base

José Roberto dos Santos

Formação de Leigos